Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

1 Contexto operacional

A Empreendimentos Pague Menos S.A. ("Sociedade"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário.

Reapresentação das demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2008, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009

No processo de transição das práticas contábeis para a adoção dos novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e revisão detalhada das políticas e práticas contábeis, a Sociedade identificou a necessidade de alterar o tratamento contábil de algumas transações reconhecidas em suas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2008, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009, como segue:

Estorno das operações de compra e venda do sistema Cosmos;

Em 2008 o sistema "Cosmos" que estava registrado no ativo intangível da Sociedade, foi vendido a uma parte relacionada uma vez que nas circunstâncias a Sociedade pretendia prestar serviços de TI para terceiros, sendo recomprado em 2009, quando a Sociedade mudou os seus planos, gerando um ganho indevido no exercício de 2008 e um aumento do ativo intangível pela recompra em 2009.

Por se tratar de transação entre partes relacionadas, a Sociedade eliminou todos os efeitos decorrentes das operações de venda em 2008 e recompra do sistema "Cosmos" em 2009.

• Recálculo do Ajuste a valor presente - AVP;

O efeito do ajuste a valor presente do saldo de fornecedores com seus respectivos efeitos em estoque, custo das mercadorias vendidas e despesa financeira havia sido reconhecido em nossas demonstrações financeiras a partir de 1º de janeiro de 2009.

Nestas demonstrações financeiras, a Sociedade recalculou e registrou o AVP em 1° de janeiro de 2008.

• Reclassificação do saldo de Arrecadação de recurso de terceiros;

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Saldos classificados no grupo de Caixa e equivalentes de caixa referentes a recebíveis de terceiros foram reclassificados para a conta específica de Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante.

• Reclassificação do grupo de Outros créditos;

Saldos classificados no grupo de Outros créditos, no ativo circulante, relativos a transações com partes relacionadas, foram classificados para a conta específica Partes relacionadas, no ativo não circulante.

• Classificação de financiamentos e empréstimos;

A segregação dos Financiamentos e empréstimos, entre passivo circulante e não circulante em 2009, foi efetuada com base no histórico de renovação da dívida por parte da Sociedade junto às instituições financeiras, em função das garantias de recebíveis de cartão de crédito. A Administração, com base em suas projeções financeiras, entendia que a Sociedade seria capaz de efetuar as novações de dívidas ou mesmo a sua liquidação antecipada, mantendo tais operações classificadas no passivo não circulante.

A Sociedade reclassificou os financiamentos e empréstimos entre passivo circulante e não circulante com base nos contratos originais e no respectivo cronograma de liquidação, pelo regime de competência.

• Reclassificação das comissões das operadoras de cartões de créditos;

Saldos classificados no grupo de Despesas financeiras das operações com cartões de crédito foram reclassificados para a conta de Despesas com vendas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os ajustes efetuados nas demonstrações financeiras em 1° de janeiro de 2008, em função da reapresentação, estão demonstrados a seguir:

	Publicado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	38.075	(23.235)	14.840
Arrecadação de recursos de terceiros	30.073	23.235	23.235
Estoques (b)	151.593	(3.352)	148.241
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	19.604	204	19.808
Partes relacionadas (c)	-	9.489	9.489
Outros créditos (c)	14.891	(9.489)	5.402
Intangível (a)	3.029	(600)	2.429
Passivo circulante			
Fornecedores (b)	(140.721)	3.986	(136.735)
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	-	(216)	(216)
Patrimônio líquido			
(Lucros) ou prejuízos acumulados (e)	12.873	(22)	12.851

- (a) Ajuste pela baixa dos custos lançados no intangível referente ao sistema "Cosmos".
- (b) Ajuste pelo cálculo do AVP.
- (c) Reclassificação de Outros créditos para Partes relacionadas.
- (d) Efeito no saldo de Imposto de renda e Contribuição social diferidos.
- (e) Reflexo no prejuízo referente aos ajustes das letras (a), (b), (c) e (d).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os ajustes efetuados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008, em função da reapresentação, estão demonstrados a seguir:

	Publicado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Ativo circulante	1 ublicado	reciussificações	Reapresentatio
Caixa e equivalentes de caixa	31.925	(21.625)	10.300
Arrecadação de recursos de terceiros	_	21.625	21.625
Estoques (b)	189.398	(1.316)	188.082
Partes relacionadas (a)	70.269	(18.750)	51.519
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	29.110	6.662	35.772
Passivo circulante			
Fornecedores (b)	(195.409)	1.107	(194.302)
Resultado			
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados (c)	(1.183.668)	26.907	(1.156.761)
Despesas com vendas (b)	(15.525)	(19.077)	(34.602)
Despesas administrativas e gerais (a)	(243.312)	(434)	(243.746)
Despesas financeiras (b) (c)	(76.395)	(8.674)	(85.069)
Outras receitas despesas operacionais (a)	19.270	(17.715)	1.555
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	9.506	6.674	16.180
Lucro líquido do exercício (e)	13.097	(12.319)	778

- (a) Ajuste pela baixa dos custos lançados no intangível referente ao sistema "Cosmos".
- (b) Reclassificação da conta de Comissões com cartões de crédito para despesas com venda em R\$ 19.077.
- (c) Ajuste pelo cálculo do AVP.
- (d) Efeito no saldo de Imposto de renda e Contribuição social diferidos.
- (e) Reflexo no lucro líquido do exercício referente aos ajustes das letras (a), (b), (c) e (d).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os ajustes efetuados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009, em função da reapresentação, estão demonstrados a seguir:

	Publicado	Ajustes e reclassificações	Reapresentado
Ativo circulante		3	•
Caixa e equivalentes de caixa	32.558	(20.673)	11.885
Arrecadação de recursos de terceiros	-	20.673	20.673
Estoques (b)	268.842	(2.613)	266.229
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	24.245	6.400	30.645
Intangível (a)	18.903	(18.438)	465
Passivo circulante			
Fornecedores (b)	(242.044)	2.331	(239.713)
Financiamentos e empréstimos (c)	(51.500)	(41.027)	(92.527)
Passivo não circulante			
Financiamentos e empréstimos (c)	(142.342)	41.027	(101.315)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	-	(106)	(106)
Resultado			
Custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados (b)	(1.402.553)	14.008	(1.388.545)
Despesas administrativas e gerais (a)	(282.692)	312	(282.380)
Despesas financeiras (b)	(49.629)	(14.081)	(63.710)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (d)	1.137	(368)	769
Lucro líquido do exercício (e)	39.056	(129)	38.927

- (a) Ajuste pela baixa dos custos lançados no intangível referente ao sistema "Cosmos".
- (b) Ajuste pelo cálculo do AVP.
- (c) Reclassificação de não circulante para circulante.
- (d) Efeito no saldo de Imposto de renda e Contribuição social diferidos.
- (e) Reflexo no lucro líquido do exercício referente aos ajustes das letras (a), (b), (c) e (d).

Adicionalmente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado, bem como a Nota 14 - Partes relacionadas, a Nota 13 - Imposto de renda e contribuição social diferidos, a Nota 17 - Imobilizado, a Nota 18 - Intangível, a Nota 20 - Financiamentos e Empréstimos e a Nota 25 - Patrimônio líquido, foram ajustadas para demonstrar os saldos contábeis e divulgações após as correções mencionadas nos parágrafos e quadros acima, contidas nessas reapresentações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Quando da reconciliação da transição das práticas contábeis para a adoção às normas IFRS e às normas do CPC, conforme nota explicativa 6, foram considerados como saldos iniciais os saldos das demonstrações financeiras reapresentadas em 1º de janeiro de 2008, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009, após ajustes e reclassificações detalhadas nesta nota explicativa 2.

Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas IFRS e às normas do CPC

Essas demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Borad* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Sociedade adotou as normas do IFRS e CPC no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010, 2009, 2008 e no balanço patrimonial de abertura de 1º de janeiro de 2008 (data de transição).

As demonstrações de outros resultados abrangentes não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre esse conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total.

Essas são as primeiras demonstrações financeiras preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

As explicações dos efeitos da adoção inicial das normas IFRS e CPC na posição patrimonial e financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade em 1º de janeiro de 2008, 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2009 estão apresentados na nota explicativa 6.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Sociedade em 10 de junho de 2011.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos mantidos para negociação e instrumentos financeiros derivativos que foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 16 classificação de propriedade para investimento
- Nota 21 contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil
- Nota 21 classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 13 utilização de prejuízos fiscais
- Nota 31 mensuração de instrumentos financeiros
- Nota 24 provisões e contingências.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura apurado em 1º de

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

janeiro de 2008 com a finalidade da transição para as normas IFRS e CPC, exceto nos casos indicados de outra forma.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

b. Segmentos de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de comercialização similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Sociedade concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

c. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e desreconhecimento de ativos financeiros não derivativos

A Sociedade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Sociedade "desreconhece" um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Sociedade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

• Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Sociedade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Sociedade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

• Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Sociedade são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

As arrecadações de recurso de terceiros correspondem aos valores recebidos no exercício da atividade de correspondente bancário, nos dois últimos dias de cada mês e são repassados aos agentes no primeiro dia útil do mês subseqüente. Não são classificados como caixa e equivalentes de caixa por não pertencerem a Sociedade.

Passivos financeiros n\u00e4o derivativos

A Sociedade reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Sociedade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Sociedade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Sociedade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores,

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

arrendamento mercantil, partes relacionadas e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital social

Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio.

• Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto a razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Sociedade e contraparte quando apropriado.

d. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Sociedade e a média das ações ordinárias no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação tendo em vista que não existem instrumentos potencialmente conversíveis em ações.

e. Caixa e equivalentes de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos de caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, ajustados ao valor justo, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

f. Contas a receber e provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis (impairment)

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente usando a taxa efetiva de juros quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Sociedade. Não há provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis por não haver histórico de perdas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado pelo critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição do bem. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

h. Ativos mantidos para venda

Os ativos classificados como mantidos para venda, sobre os quais existe a expectativa de terem seus valores recuperados primariamente através de transação de venda ao invés do uso contínuo, são classificados como ativos mantidos para venda. Imediatamente antes de serem classificados como ativos mantidos para venda, os ativos, ou componentes de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são mensurados de acordo com os critérios descritos na nota explicativa 15. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos classificados como mantidos para venda, são geralmente medidos pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

i. Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na comercialização ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Os custos das propriedades para investimentos construídas pelo proprietário incluem os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

i. Investimentos

Os investimentos estão registrados ao seu valor de custo de aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

k. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

A Sociedade optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2008. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquida dos efeitos fiscais (nota explicativa 6).

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído tenha consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Sociedade não alterará sua política de dividendos.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Sociedade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2008 ou data posterior.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Sociedade mantém esse ativo mensurado pelo custo e reclassifica-o como propriedade para investimento. A Sociedade também submete, anualmente, toda propriedade para investimento mantida ao custo à análise e teste de redução de valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Sociedade e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa 17, e leva em consideração as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A administração entende que as taxas de depreciação representam a expectativa de vida útil dos seus ativos.

As taxas médias ponderadas em 31 de dezembro de 2010, 2009, 2008 e 1º de janeiro de 2008 estimadas para os exercícios são as seguintes:

	Taxa média
Edificações	4%
Benfeitorias	20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%

l. Ativos intangíveis

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando sua utilização efetiva por um prazo de cinco anos.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida como despesa na demonstração do resultado.

m. Arrendamentos mercantis

A Sociedade possui contratos de arrendamento operacional e financeiros.

Os arrendamentos em cujos termos a Sociedade assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

n. Redução ao valor recuperável - Impairment

Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Sociedade considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Sociedade utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Sociedade, que não a propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). A Sociedade considera cada loja individual como unidade geradora de caixa.

o. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Administração reconhece a provisão com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo os critérios de reconhecimento das provisões estabelecidos pelo IAS 37 (CPC 25), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tiver obrigação presente decorrente de evento passado; (ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e (iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer dessas condições não for atendida, não deve ser constituída uma provisão, podendo eventualmente ser necessária a divulgação de uma contingência passiva.

O cálculo do valor presente de fornecedores é efetuado para cada transação com base numa taxa média de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente. A contrapartida dos ajustes a valor presente dos fornecedores é contra estoque e custo dos produtos vendidos no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do custo é considerada despesa financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

p. Benefícios a empregados

A Sociedade concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Sociedade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar o valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

q. Receita operacional

Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Sociedade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Comissão sobre serviços de correspondente bancário

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização por se caracterizar como um correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário se concretiza pelo recebimento do valor das contas pagas pela população em geral, nas dependências da rede de farmácias Pague Menos. Esses valores recebidos precisam ser repassados para o titular do direito em aproximadamente 3 dias. A Pague Menos recebe por este serviço uma comissão que é mensurada por cada autenticação nos boletos bancários.

Receita de aluguel

A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

r. Subvenção governamental

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado (custo das mercadorias vendidas) quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para a utilização serão cumpridas pela Sociedade. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

s. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

t. Imposto de renda e contribuição social

Impostos correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

u. Demonstrações de valor adicionado

A Sociedade elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

v. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas e emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- Limited exemption from Comparative IFRS 7 Disclosures for First-time Adopters.
- Improvements to IFRS 2010.
- IFRS 9 Financial Instruments
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14)
- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Sociedade não estimou a extensão do impacto destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

Gerenciamento de risco financeiro

A Sociedade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a. Risco de crédito
- **b.** Risco de liquidez
- c. Risco de mercado
- d. Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Sociedade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Sociedade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Sociedade. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Sociedade.

As políticas de gerenciamento de risco da Sociedade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Sociedade. A Pague Menos, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Sociedade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Sociedade de clientes e em títulos de investimento.

A Administração entende que a Pague Menos possui risco baixo de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais e não possui nenhum cliente que exceda o limite de 10% de suas receitas e as suas vendas são efetuadas à vista, portanto sem risco. Bem como sua política de investimento em outras Sociedades representa uma parcela insignificante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras dos cartões de crédito, este é controlado diariamente através de um processo rigoroso de conferencias entre o faturamento e o recebimento. A rede de farmácias Pague Menos atualmente trabalha com administradoras de cartões de primeira linha, logo, entende que o seu risco é baixo.

A Sociedade limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte e de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Sociedade tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações, portanto considera o risco de crédito insignificante.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro (ver nota explicativa 31f). A abordagem da Pague Menos na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

A Administração utiliza o custeio baseado em atividades para precificar suas mercadorias e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Tipicamente, a Sociedade garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e aumento nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Sociedade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que no contexto da Pague Menos o risco de mercado que mais se aplica refere-se ao risco relacionado à taxa de juros já que o risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de regulação do mercado de medicamentos - CMED, ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Sociedade adota uma política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e varáveis nos seus contratos de empréstimos para que não haja uma exposição significativa. Os empréstimos e financiamentos atrelados a taxas de juros variáveis são monitorados através de análises de sensibilidades (ver nota explicativa 31e).

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Sociedade e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Sociedade.

O objetivo da Pague Menos é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Sociedade e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Sociedade para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Treinamento e desenvolvimento profissional; e
- Padrões éticos e comerciais.

O cumprimento com as normas da Sociedade é apoiado por um programa de análises periódicas de responsabilidade do Departamento de Qualidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Transição das práticas contábeis para adoção dos novos pronunciamentos técnicos emitidos em 2009 e 2010 pelo CPC

As demonstrações financeiras dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e de 1º de janeiro de 2008, anteriormente elaboradas e divulgadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foram ajustadas para refletir as normas IFRS e os Pronunciamentos técnicos, Interpretações e Orientações - CPC com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, e estão sendo reapresentadas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 a fim de assegurar a comparabilidade das informações.

Na preparação de sua demonstração de posição financeira de abertura para as normas IFRS e CPC, a Sociedade ajustou valores anteriormente apresentados em demonstrações financeiras preparadas de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas. As reconciliações e os esclarecimentos, sobre como a transição dessas práticas contábeis para as normas IFRS e CPC afetou a posição financeira e o desempenho financeiro, são apresentados nas tabelas seguintes e nas notas que acompanham as tabelas.

Reconciliação do balanço patrimonial em conformidade com IFRS e CPC em 1º de janeiro de 2008

	Anterior apresentado Nota 01/01/08		Ajustes	Após adoção às normas 01/01/08
Ativo circulante	<u>304.691</u>			<u>306.076</u>
Caixa e equivalentes de caixa Arrecadação de recursos de terceiros Contas a receber de clientes Adiantamento a terceiros Estoques Impostos e contribuições a recuperar Pagamentos antecipados Partes relacionadas Outros créditos	14.840 23.235 69.345 148.241 21.263 501 26.098 1.168	1.385	-	14.840 23.235 69.345 1.385 148.241 21.263 501 26.098 1.168
Ativo não circulante Imposto de renda e contribuição social diferidos Pagamentos antecipados	78.865 19.808 177	-	-	80.740 19.808 177

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Nota	Anterior apresentado 01/01/08	Reclassificações	Ajustes	Após adoção às normas 01/01/08
Partes relacionadas		9.489	_	_	9.489
Outros créditos		5.402	-	-	5.402
Propriedades para investimento	(a.1) (b)	-	4.876	140	5.016
Investimentos	, , , ,	854	-	-	854
Imobilizado	(a.1) (c) (d)	40.706	(4.876)	1.735	37.565
Intangível		2.429	<u> </u>		2.429
Ativo total		<u>383.556</u>	<u>1.385</u>	<u>1.875</u>	<u>386.816</u>
	Nota	Anterior apresentado 01/01/08	Reclassificações	Ajustes	Após adoção às normas 01/01/08
Passivo circulante		(271.214)			(272.599)
Fornecedores		(136.735)	(1.385)	_	(138.120)
Financiamentos e empréstimos		(66.509)	-	-	(66.509)
Impostos e contribuições a recolher		(15.854)	_	-	(15.854)
Programa de recuperação fiscal - REFIS		(7.470)	-	-	(7.470)
Salários e férias a pagar		(11.824)	-	-	(11.824)
Arrecadação de recursos de terceiros		(30.654)	-	-	(30.654)
Outras contas a pagar		(2.168)	-	-	(2.168)
Passivo não circulante		<u>(75.193)</u>			(75.830)
Financiamentos e empréstimos		(44.024)	-	_	(44.024)
Programa de recuperação fiscal - REFIS		(29.195)	-	-	(29.195)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(e)	(216)	-	(637)	(853)
Provisão para passivo a descoberto de controlada		(1.758)	-	-	(1.758)
Patrimônio líquido		(37.149)			(38.387)
Capital social		(50.000)	-	-	(50.000)
Ajuste de avaliação patrimonial	(c)	-	-	(1.186)	(1.186)
Prejuízos acumulados	(e)	12.851	-	(52)	12.799
Passivo total		(383.556)	(1.385)	(1.875)	(386.816)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Reconciliação do balanço patrimonial em conformidade com IFRS e CPC em 31 de dezembro de 2008

	Nota	Anterior apresentado 31/12/08	Reclassificações	Ajustes	Após adoção às normas 31/12/08
Ativo circulante		<u>375.881</u>			<u>377.479</u>
Caixa e equivalentes de caixa		10.300	-	_	10.300
Arrecadação de recursos de terceiros		21.625	-	_	21.625
Contas a receber de clientes		68.437	-	-	68.437
Adiantamento a terceiros		-	618	-	618
Estoques		188.082	-	-	188.082
Impostos e contribuições a recuperar		28.972	-	_	28.972
Pagamentos antecipados		511	-	-	511
Partes relacionadas		51.519	-	-	51.519
Outros créditos	(a.2)	6.435	(4.419)	-	2.016
Ativos mantidos para venda	(a.2) (a.3)	-	5.399	-	5.399
Ativo não circulante		<u>98.572</u>			100.360
Imposto de renda e contribuição social diferidos		35.772	-	_	35.772
Pagamentos antecipados		405	-	-	405
Outros créditos		620	-	-	620
Propriedades para investimento	(a.1) (b)	_	4.710	136	4.846
Investimentos	(a.3)	1.003	(980)	-	23
Imobilizado	(a.1) (c) (d)	60.381	(4.710)	2.632	58.303
Intangível	. , , , , ,	391	-	-	391
Ativo total		474.453	<u>618</u>	2.768	477.839

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Nota	Anterior apresentado 31/12/08	Reclassificações	Ajustes	Após adoção às normas 31/12/08
Passivo circulante		(343.438)			(344.056)
Fornecedores		(194.302)	(618)	_	(194.920)
Financiamentos e empréstimos		(82.685)	-	-	(82.685)
Arrendamentos mercantis		(544)	-	-	(544)
Impostos e contribuições a recolher		(15.730)	-	-	(15.730)
Programa de recuperação fiscal - REFIS		(8.003)	-	-	(8.003)
Salários e férias a pagar		(13.927)	-	-	(13.927)
Arrecadação de recursos de terceiros		(25.570)	-	-	(25.570)
Outras contas a pagar		(2.677)	-	-	(2.677)
Passivo não circulante		(93.088)			(94.029)
Financiamentos e empréstimos		(69.777)	-	_	(69.777)
Arrendamentos mercantis		(222)	-	-	(222)
Programa de recuperação fiscal - REFIS		(23.089)	-	-	(23.089)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(e)	-	-	(941)	(941)
Patrimônio líquido		(37.927)			(39.754)
Capital social		(50.000)	-	_	(50.000)
Reservas de lucros	(f)	(224)	224	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(c)	· -	-	(1.163)	(1.163)
Prejuízos acumulados	(e) (f)	12.297	(224)	(664)	11.409
Passivo total		(474.453)	<u>(618)</u>	(2.768)	(477.839)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Conciliação da demonstração do resultado em conformidade com IFRS e CPC em 31 de dezembro de 2008

	Nota	Anterior apresentado 31/12/08	Reclassificações	Ajustes	Após adoção às normas 31/12/08
Receita operacional líquida		1.499.964	Ξ	Ξ	1.499.964
Custo das mercadorias vendidas		(1.156.761)	Ξ	Ξ	(1.156.761)
Lucro bruto		343.203	Ξ.	Ξ	343.203
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas		(34.602)	-	-	(34.602)
Administrativas e gerais	(c)(d)	(243.746)	-	(46)	(243.792)
Despesas financeiras	. , , ,	(85.069)	-	-	(85.069)
Receitas financeiras		3.257	_	-	3.257
Outras receitas operacionais, líquidas	(d)	1.555	-	938	2.493
Resultado antes dos impostos		(15.402)	-	892	(14.510)
Imposto de renda e contribuição social corrente		_	-	_	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(e)	16.180	-	(303)	15.877
Resultado do exercício		<u>778</u>	=	<u>589</u>	<u>1.367</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Conciliação do balanço patrimonial em conformidade com IFRS e CPC em 31 de dezembro de 2009

	Nota	Anterior apresentado 31/12/09	Reclassificações	Ajustes	Após adoção às normas 31/12/09
Ativo circulante		(496.020)			(492.505)
Caixa e equivalentes de caixa		11.885	-	-	11.885
Arrecadação de recursos de terceiros		20.673	-	-	20.673
Outros investimentos	(a.4)	-	20.700	-	20.700
Contas a receber de clientes		116.706	-	-	116.706
Adiantamento a terceiros		-	6.485		6.485
Estoques		266.229	-	-	266.229
Impostos e contribuições a recuperar		14.437	-	-	14.437
Pagamentos antecipados		575	-	-	575
Partes relacionadas		32.426	-	-	32.426
Outros créditos	(a.4)	23.089	(20.700)	-	2.389
Ativo não circulante		(116.490)			(119.227)
Impostos e contribuições a recuperar		12.318	-	_	12.318
Imposto de renda e contribuição social diferidos		30.645	-	-	30.645
Pagamentos antecipados		315	-	-	315
Outros créditos		936	-	-	936
Propriedades para investimento	(a.1) (b)	-	4.562	132	4.694
Investimentos		23	-	-	23
Imobilizado	(a.1) (c) (d)	71.788	(4.562)	2.605	69.831
Intangível		465	-	-	465
Ativo total		602.509	<u>6.485</u>	<u>2.737</u>	611.732

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Nota	Anterior apresentado 31/12/09	Reclassificações	Ajustes	Após adoção às normas 31/12/09
Passivo circulante		(406.719)			(413.205)
Fornecedores		(239.713)	(6.485)	_	(246.198)
Financiamentos e empréstimos		(92.527)	-	-	(92.527)
Arrendamentos mercantis		(461)	-	-	(461)
Impostos e contribuições a recolher		(21.603)	-	-	(21.603)
Programa de recuperação fiscal REFIS		(4.575)	-	-	(4.575)
Salários e férias a pagar		(16.671)	-	-	(16.671)
Arrecadação de recurso de terceiros		(25.268)	-	-	(25.268)
Outras contas a pagar		(3.287)	-	-	(3.287)
Juros sobre capital próprio		(2.615)	-	-	(2.615)
Passivo não circulante		(118.963)			(119.866)
Financiamentos e empréstimos		(101.315)	-	_	(101.315)
Arrendamentos mercantis		(374)	-	-	(374)
Programa de recuperação fiscal REFIS		(7.275)	-	-	(7.275)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(e)	(105)	-	(931)	(1.036)
Partes relacionadas		(8.430)	-	_	(8.430)
Provisão para contingências		(1.436)	-	-	(1.436)
Patrimônio líquido		<u>(76.854)</u>			(78.661)
Capital social		(50.000)	-	_	(50.000)
Reservas de lucros	(f)	(39.280)	11.758	-	(27.522)
Ajuste de avaliação patrimonial	(c)	-	-	(1.139)	(1.139)
Prejuízos acumulados	(e) (f)	12.426	(11.758)	(668)	=
Passivo total		(602.509)	(6.485)	(2.737)	(611.732)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Conciliação da demonstração do resultado em conformidade com IFRS e CPC em 31 de dezembro de 2009

	Nota	Anterior apresentado 31/12/09	Reclassificações	Ajustes	Após adoção às normas 31/12/09
Receita operacional líquida		1.806.096	=	=	1.806.096
Custo das mercadorias vendidas		(1.388.545)	=	=	(1.388.545)
Lucro bruto		417.551	Ξ.	Ξ	417.551
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas		(40.607)	-	-	(40.607)
Administrativas e gerais	(c)(d)	(282.666)	-	(69)	(282.735)
Despesas financeiras		(60.634)	-	-	(60.634)
Receitas financeiras		1.084	-	-	1.084
Outras receitas operacionais, líquidas	(d)	6.506	-	38	6.544
Resultado antes dos impostos		41.234	Ξ	(31)	41.203
Imposto de renda e contribuição social corrente		_	-	_	_
Imposto de renda e contribuição social diferido	(e)	769	-	11	780
Resultado do exercício		<u>42.003</u>	Ē	<u>(20)</u>	<u>41.983</u>

Comentários sobre as reclassificações e ajustes de conciliação do balanço patrimonial em conformidade com o IFRS e CPC

(a) Reclassificações

As seguintes reclassificações às demonstrações financeiras foram realizadas:

- (a.1) Reclassificação de R\$ 4.876 em 1° de janeiro de 2008 (R\$ 4.710 em 31 de dezembro de 2008 e R\$ 4.562 em 31 de dezembro de 2009), de parte do Imobilizado para Propriedades de investimento em atendimento ao CPC 28.
- (a.2) Reclassificação de R\$ 4.419 em 31 de dezembro de 2008 do saldo de Investimentos para Ativos disponíveis para venda referente a imóveis que já possuíam expectativa de vendas em período subsequente.
- (a.3) Reclassificação de R\$ 980 em 31 de dezembro de 2008 do saldo de Outros créditos para Ativos disponíveis para venda referente ao saldo da participação com a empresa denominada Farmácia Preço Baixo Ltda. ("Preço Baixo") que, por decisões comerciais e estratégicas, foi vendida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

(a.4) Reclassificação de R\$ 20.700 em 31 de dezembro de 2009 do saldo de Outros créditos para Outros investimentos referente a títulos e valores mobiliários.

(b) Remensuração de propriedade para investimento

As propriedades para investimento foram reconhecidas pelo valor justo na data de aquisição. Sob as práticas contábeis anteriormente adotadas, as propriedades para investimentos eram avaliadas a custo e não eram apresentadas separadamente nas demonstrações financeiras.

Quando da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e da transferência para a conta de propriedades para investimento na data de transição a Pague Menos registrou uma mais valia de R\$ 140, a qual foi registrada no patrimônio líquido.

O patrimônio líquido foi aumentado em R\$ 140 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R\$ 35 e R\$ 12, respectivamente, em decorrência da adoção do custo atribuído.

(c) Imobilizado - Custo atribuído (deemed cost)

A Sociedade optou pela mensuração de certos ativos imobilizados, na data de transição, pelo custo atribuído daquela data.

O patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2008 foi aumentado em R\$ 1.659 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foram aumentados em R\$ 415 e R\$ 149, respectivamente, em decorrência da adoção do custo atribuído.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

(d) Custos capitalizados de empréstimos

Na data de transição, a Pague Menos optou por capitalizar custos de empréstimos apenas com relação a ativos qualificáveis, para os quais a data de início para capitalização foi a partir da data de transição, apenas para os ativos qualificáveis que não foram objeto de custo atribuído (veja nota explicativa 17).

O impacto decorrente da mudança totalizou R\$ 925 para 31 de dezembro de 2010 (R\$ 154 em 2009, R\$ 590 em 2008 e R\$ 1.357 em 1° de janeiro de 2008).

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos e Patrimônio líquido

Foram alterados pelo reflexo dos ajustes dos CPC.

(f) Reservas

As reservas de lucros foram alteradas em função da reapresentação dos saldos de 31 de dezembro de 2009 e 2008 e pela modificação dos resultados dos respectivos exercícios.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2010	2009	2008	01/01/08
Caixa e bancos Aplicações financeiras	6.944 <u>1.776</u>	6.976 4.909	6.639 3.661	9.144 5.696
	8.720	11.885	10.300	14.840

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras, remuneradas em condições e taxas normais de mercado e disponíveis para utilização nas operações da Sociedade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a fundos de renda fixa, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxas que variam entre 100% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Sociedade considerou esses ativos circulantes como equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa.

8 Arrecadação de recursos de terceiros

Os valores registrados como Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante, correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Sociedade recebe o valor das contas pagas por consumidores, em nossa rede de farmácias, e que devem ser repassadas para o titular do direito em aproximadamente 3 dias.

Os valores foram respectivamente R\$ 11.763, R\$ 20.673, R\$ 21.625 e R\$ 23.235 em 31 de dezembro de 2010, 2009, 2008 e 1º de janeiro de 2008.

Os valores registrados na conta Arrecadação de recursos de terceiros, no passivo circulante, referem-se aos débitos a serem repassados aos conveniados quando da atividade de correspondente bancário.

Os valores foram respectivamente R\$ 14.861, R\$ 25.268, R\$ 25.570 e R\$ 30.654 em 31 de dezembro de 2010, 2009, 2008 e 1º de janeiro de 2008.

9 Outros investimentos

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo de R\$ 20.700 corresponde, principalmente, a investimentos em ações do BIC Banco S.A., valorizadas a valor de mercado na data do encerramento das demonstrações financeiras os quais foram classificados como ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

O valor correspondente a perda por desvalorização do investimento no exercício de 2009 está registrado na despesa financeira no montante de R\$ 1.308.

10 Contas a receber de clientes

Composição dos saldos

	2010	2009	2008	01/01/08
Cartões de crédito a receber Convênios a receber Comissões a receber	113.960 4.412 	110.930 3.404 <u>2.372</u>	62.365 4.785 <u>1.287</u>	65.043 3.057 <u>1.245</u>
	120.685	<u>116.706</u>	<u>68.437</u>	69.345

A Sociedade realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente e, portanto a Administração entende que não há necessidade de contabilização do AVP pelo fato de que o prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 30 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Sociedade; por esse motivo, não foram identificados saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente fosse aplicável e relevante.

Critérios de mensuração da provisão (impairment)

A Sociedade não tem histórico de perdas em seu "contas a receber", razão pela qual nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa foi reconhecida. A administração entende que não há risco de crédito em sua carteira de cliente uma vez que nas transações com administradoras de cartão o risco de crédito é transferido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

11 Estoques

	2010	2009	2008	01/01/08
Mercadorias de revenda nas lojas Mercadorias de revenda no centro de	149.557	110.103	75.309	51.732
distribuição	<u>205.066</u>	<u>156.126</u>	112.773	96.509
	<u>354.623</u>	<u>266.229</u>	<u>188.082</u>	<u>148.241</u>

A Sociedade calculou o Ajuste a Valor Presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais no ano, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias não vendidas, utilizando uma taxa média de 12% a 17% a.a. na data de cada operação (ver explicação do racional do cálculo na nota explicativa 19).

O efeito do AVP foi de R\$ 6.418 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 5.561 em 2009, R\$ 4.641 em 2008 e R\$ 3.352 em 1° de janeiro de 2008).

Não há registro de provisão para obsolescência por historicamente não existir perdas. O estoque da Sociedade é composto substancialmente por itens de medicamentos. A Sociedade, portanto, possui negociações informais com seus fornecedores para reposição, troca e/ou retirada dos produtos antes de seus vencimentos.

12 Impostos e contribuições a recuperar

	2010		2009		2008		01/01/08	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
IRRF (a)	1.293	_	597	-	764	-	18	-
ICMS (b)	3.456	-	12.802	3.021	21.995	-	12.456	-
IRPJ (c)	2.894	-	616	-	252	-	247	-
CSLL (c)	1.224	-	233	-	213	-	113	-
COFINS (d)	2.988	3.850	134	6.996	4.102	-	6.872	-
PIS (d)	<u>351</u>	687	55	2.301	1.646	=	1.557	Ξ
	<u>12.206</u>	<u>4.537</u>	<u>14.437</u>	12.318	<u>28.972</u>	<u>=</u>	<u>21.263</u>	=

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- (a) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): crédito decorrente de rendimentos de aplicações financeiras e das retenções pelas prestações de serviços.
- (b) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Pague Menos localizado em Fortaleza.
- (c) Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL): é decorrente das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.
- (d) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não-cumulatividade estabelecido pelas Leis N°s. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Sociedade, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo a estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Sociedade.

Composição	2010	2009	2008	01/01/08
Prejuízo fiscal	26.273	30.540	35.772	19.592
Diferenças temporárias	1.757	-	-	-
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC	(1.219)	(931)	(941)	(637)
Total	<u>26.811</u>	<u>29.609</u>	<u>34.831</u>	<u>18.955</u>
Não circulante				
Impostos a recuperar diferidos - Ativo	28.030	30.540	35.772	19.592
Impostos diferidos - Passivo	(1.219)	<u>(931)</u>	(941)	(637)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Composição	2010	2009	2008	01/01/08
Efeito líquido	<u>26.811</u>	29.609	34.831	<u>18.955</u>

A conciliação das despesas e receitas de imposto de renda (IR) e contribuição social (CS) e o produto da alíquota vigente sobre esses impostos são demonstrados a seguir:

	2010	2009	2008
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	84.205	41.202	(14.510)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<u>28.630</u>	<u>14.009</u>	<u>(4.933)</u>
Adições permanentes:	<u>458</u>	2.337	1.597
Multas não dedutíveis	435	777	138
Outras adições permanentes	23	1.560	1.459
Exclusões permanentes:	<u>51.661</u>	<u>48.910</u>	33.784
ICMS sobre operações interestaduais	43.888	39.255	32.672
Reduções pela Lei 11.941	-	5.709	-
Outras exclusões permanentes	3.047	869	1.112
Juros sobre capital próprio	4.726	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do			
exercício após adições/exclusões	11.220	(780)	(15.877)
Alíquota efetiva	<u>13%</u>	<u>(2%)</u>	<u>109%</u>

Composição/movimentação do prejuízo fiscal a compensar

A variação verificada no exercício de 2010 foi decorrente da utilização dos créditos de contribuição social com o parcelamento descrito na Nota Explicativa 23 e a constituição dos valores relativos ao resultado fiscal de 2010. Os saldos existentes em 2010, 2009 e 2008 podem assim ser demonstrados:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 01/01/2008	14.415	5.189	19.604
Constituição de diferido proveniente dos ajustes de reapresentação	(9)	(3)	(12)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Saldo reapresentado em 01/01/2008	<u>14.406</u>	<u>5.186</u>	<u>19.592</u>
Constituição dos Créditos de IRPJ e CSLL - em 2008 Constituição de diferido proveniente dos ajustes de reapresentação	6.990 4.908	2.516 1.766	9.506 6.674
Saldo em 31/12/2008	<u>26.304</u>	<u>9.468</u>	<u>35.772</u>
Compensação com Parcelamentos - Lei nº 11.941/09 Constituição dos Créditos de IRPJ e CSLL - em 2009 Constituição de diferido proveniente dos ajustes de reapresentação	837 (<u>271)</u>	(6.002) 302 (<u>98)</u>	(6.002) 1.139 (369)
Saldo em 31/12/2009	<u>26.870</u>	<u>3.670</u>	<u>30.540</u>
Compensação de prejuízo fiscal Constituição de diferido proveniente dos ajustes de reapresentação	(2.710) (427)	(975) (155)	(3.685) (582)
Saldo em 31/12/2010	23.733	<u>2.540</u>	<u>26.273</u>

Composição do diferido pelas diferenças temporárias e CPC

	Saldo em 01/01/08	Reconhecidos no resultado	Saldo em dezembro de 2008	Reconhecidos no resultado	Saldo em dezembro de 2009	Reconhecidos no resultado	Saldo em dezembro de 2010
Custo atribuído	(611)	12	(599)	12	(587)	12	(575)
Capitalização dos juros	(26)	(316)	(342)	(2)	(344)	(300)	(644)
Outras provisões						<u>1.757</u>	1.757
Total	(637)		(941)		(931)		_538

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Segregação entre impostos diferidos ativos e passivos

		Ativo			Passivo			
	2010	2009	2008	01/01/08	2010	2009	2008	01/01/08
Custo atribuído	-	-	-	-	(575)	(587)	(599)	(611)
Capitalização dos juros	-	-	-	-	(644)	(344)	(342)	(26)
Outras provisões	1.757	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo fiscal a compensar	<u>26.273</u>	<u>30.540</u>	<u>35.772</u>	<u>19.592</u>	Ξ	Ξ	_=	Ξ
Total	<u>28.030</u>	30.540	<u>35.772</u>	<u>19.592</u>	(1.219)	<u>(931)</u>	<u>(941)</u>	<u>(637)</u>

Expectativa de realização

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados a Sociedade estima recuperar o crédito tributário decorrente de bases negativas de contribuição social e prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

Anos	R\$
2011	7.000
2012	7.000
2013	7.000
2014	5.273
	26.273

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

14 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010, 2009, 2008 e 1º de janeiro de 2008, assim como as transações que influenciaram o resultado do período/exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Sociedade com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

		201	.0	200	<u> </u>	200	8	01/01	1/08
Empresas	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Distribuidora de Produtos	Compra de								
Hospitalares Ame Farma Ltda. (a)	medicamentos Venda de	252	-	473	-	427	-	626	-
Farmácia Preço Baixo Ltda. (b)	medicamentos	20.890	-	11.590	-	1.698	-	-	-
Renda Participações S.A. (c)	Mútuo	-	-	-	-	-	-	25.405	-
Dupar Participações S.A. (d)	Mútuo	17.723	-	20.363	-	46.892	-	-	-
Pague Menos Gerenciadora de									
Serviços S.A. (e)	Mútuo	-	-	-	-	-	-	769	-
ePharma PBM do Brasil S.A. (f)	Mútuo	-	-	-	-	-	-	8.720	1.758
Francisco Deusmar de Queirós	Mútuo	-	-	-	8.430	2.502	-	-	-
Josué Ubiranilson Alves	Mútuo	-	-	-	-	-	-	67	-
Acionistas	JSCP	-	4.833	-	2.615	-	-	-	-
Circulante		20.890	4.833	11.590	2.615	1.698	-	-	_
Não circulante		17.975	-	20.836	8.430	49.821	-	35.587	1.758

(a) Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. - Atua no comércio atacadista de drogas, medicamentos de uso humano, insumos farmacêuticos para manipulação e produtos hospitalares em geral.

As compras com esta parte relacionada totalizaram um saldo de R\$ 195 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 503 em 2009 e R\$ 909 em 2008).

(b) Farmácia Preço Baixo Ltda. - Atua no comércio varejista de medicamentos e produtos farmacêuticos de uso humano, produtos de beleza e perfumaria em geral.

As vendas com esta parte relacionada totalizaram um saldo de R\$ 89.471 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 28.981 em 2009 e R\$ 2.116 em 2008). O custo com essas vendas foi de R\$ 100.296 (R\$ 29.202 em 2009 e R\$ 2.089 em 2008).

- (c) Renda Participações S.A. Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.
- (d) Dupar Participações S.A. Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.
- (e) Pague Menos Gerenciadora de Serviços S.A. Sociedade que administra as atividades de processamento e controle dos serviços de arrecadação em nome de terceiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

(f) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

As operações de mútuo financeiro entre as partes relacionadas não preveem cláusulas de atualizações e não possuem prazos de vencimentos.

A remuneração total dos administradores totalizou R\$ 286, em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008.

A Pague Menos não possui política de Benefícios pós-emprego (Previdência privada) e Remuneração baseada em ações.

15 Ativos mantidos para venda

	2010	2009	2008	01/01/08
Preço Baixo (a) Imóveis (b)	-	-	980 4.419	-
inovers (b)	=	Ξ	4.417	=
Total	Ξ.	Ξ	5.399	Ξ

(a) Preço Baixo

Em 18 de dezembro de 2007, visando remediar a problemática judicial com a utilização da marca Pague Menos no estado da Paraíba, a Sociedade constituiu uma nova empresa, denominada Farmácia Preço Baixo Ltda. ("Preço Baixo").

Em 1º de outubro de 2008 a Sociedade integralizou capital na Preço Baixo no montante de R\$ 980, equivalente a 98% do capital social daquela empresa.

Ainda no exercício de 2008, o investimento na Preço Baixo foi mantido ao valor de custo, sem consolidação, pois a Administração tinha a intenção de descontinuar a operação da Preço Baixo, logo após a resolução judicial.

Em 2 de janeiro de 2009, por decisões comerciais e estratégicas da Administração, a Preço Baixo foi vendida para a parte relacionada Dupar Participações S.A. pelo custo original.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em 30 de dezembro de 2010 a Pague Menos readquiriu o direito de utilização de sua marca no estado da Paraíba (ver nota explicativa 18).

(b) Imóveis

No exercício de 2008, o saldo de R\$ 4.319 correspondentes a quatro imóveis foram reclassificados do grupo de imobilizado para imóveis mantidos para venda. Conforme contrato de promessa de compra e venda de imóveis, no exercício de 2009, os respectivos imóveis foram vendidos.

6 Propriedades para investimento

	Terrenos	Edificações	Total
Custo Saldo em 1° de janeiro de 2008	<u>2.704</u>	<u>4.258</u>	<u>6.962</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>2.704</u>	<u>4.258</u>	<u>6.962</u>
Adições no exercício Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>-</u> 2.704	<u>19</u> <u>4.277</u>	<u>19</u> <u>6.981</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>2.704</u>	<u>4.277</u>	<u>6.981</u>
Depreciação Saldo em 1° de janeiro de 2008 Depreciação do período Depreciação do custo atribuído	- - -	(1.946) (166) <u>(4)</u>	(1.946) (166) <u>(4)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2008	Ē	(2.116)	(2.116)
Depreciação do exercício Depreciação do custo atribuído	- <u>-</u>	(167) (4)	(167) (4)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	≟	(2.287)	(2.287)
Depreciação do período Depreciação do Custo atribuído	- <u>-</u>	(167) (5)	(167) (5)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	Ē	<u>(2.459)</u>	<u>(2.459)</u>
Saldo contábil			
Em 1° de janeiro de 2008	<u>2.704</u>	<u>2.312</u>	<u>5.016</u>
Em 31 de dezembro de 2008	<u>2.704</u>	<u>2.142</u>	<u>4.846</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro de 2009	<u>2.704</u>	<u>1.990</u>	<u>4.694</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>2.704</u>	<u>1.818</u>	<u>4.522</u>

Os bens da Sociedade são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção. Os ativos da Sociedade têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

A depreciação sobre o saldo de Edificações é calculada pelo método linear à taxa média anual de 4%, registrada em contrapartida da rubrica de despesas administrativas.

Propriedades para investimento incluem 35 imóveis comerciais e 7 residenciais que são arrendados para terceiros. Os contratos possuem características de renovações automáticas e são negociados com o arrendatário, nos quais todos os custos de manutenção são de responsabilidade dos arrendatários.

O valor justo destes ativos não difere substancialmente do custo dos ativos, pois estes foram objeto da reavaliação dos ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2008.

Os efeitos nos principais grupos de conta decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2008 foram:

	Terrenos	Edificações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>2.664</u>	4.158	6.822
Ajustes para adoção do custo atribuído	40	<u>_100</u>	_140
Saldo em 1º de janeiro de 2008	<u>2.704</u>	<u>4.258</u>	<u>6.962</u>

O patrimônio líquido foi aumentado em R\$ 140 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R\$ 35 e R\$ 13, respectivamente, em decorrência da adoção do custo atribuído.

A Administração estimou que os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído na despesa de depreciação anual serão de aproximadamente R\$ 4 ao ano.

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2010, um montante de R\$ 1.033 foi reconhecido como receita de aluguel no resultado da Sociedade (R\$ 444 em 2009 e R\$ 273 em 2008).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Imobilizado

Custo	Terrenos	Edificações	Obras em andamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de informática	Importações em andamento	Total
Custo Saldo em 1º de janeiro de 2008	5.375	15.471	1.357	19.815	5.890	3.752	2.660	3.376	11.720		69.416
Adições	1.633	11.368	590	3.124	1.359	6.011	1.210	400	2.369	-	28.064
Capitalização de Juros (CPC 20)		-	939		-	-	-	-	-	-	939
Transférencias	4.546	(2.297)	(2.296)	47					(407)		(407)
Baixas	11.554			(736)	(525)	(480)	(641)	(521)	(4.627)		(7.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	11.554	24.542	590	22.250	6.724	9.283	3.229	3.255	9.055		90.482
Adições	550	7.481	154	3.914	813	1.294	1.324	329	4.474	-	20.333
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	38		-	-	-	-	-	-	38
Transférencias	11		(628)	617	-	-	-	-			-
Baixas								(381)			(381)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	12.115	32.023	154	26.781	7.537	10.577	4.553	3.203	13.529		110.472
Adições	11.029	6.047	16.682	10.492	1.853	4.296	2.764	940	6.087	11.180	71.370
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	926	-	-	-	-	-	-	-	926
Transférencias	233	(406)	(1.080)	838	-	-	-	-	-	-	(415)
Baixas								(411)			(411)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	23.377	37.664	16.682	38.111	9.390	14.873	7.317	3.732	19.616	11.180	181.942
Depreciação											
Saldo em 1º de janeiro de 2008	-	(3.525)		(13.093)	(2.986)	(1.512)	(1.088)	(1.672)	(7.975)	-	(31.851)
Depreciação no periodo	-	(1.074)		(2.905)	(603)	(543)	(250)	(546)	(1.481)	-	(7.402)
Custo atribuido (CPC 27)	-	(31)	-	-	-	-	-	-	-	-	(31)
Capitalização de Juros (CPC 20)		(5)		(6)	-		-	-			(11)
Transférencias					-				137		137
Baixas				1.028	402	380	490	545	4.134	-	6.979
Saldo em 31 de dezembro de 2008		(4.635)		(14.976)	(3.187)	(1.675)	(848)	(1.673)	(5.185)		(32.179)
Depreciação no periodo	=	(1.070)	-	(3.080)	(667)	(970)	(375)	(558)	(1.959)	=	(8.679)
Custo atribuido (CPC 27)	-	(31)	-		-	-	-	-		-	(31)
Capitalização de Juros (CPC 20)		(20)	-	(13)	-					-	(33)
Baixas				(10.000)	(2.054)	(2.616)	(1.000)	281	(7.14)		281
Saldo em 31 de dezembro de 2009		(5.756)		(18.069)	(3.854)	(2.645)	(1.223)	(1.950)	(7.144)		(40.641)
Depreciação no período	-	(1.234)	-	(3.679)	(723)	(1.187)	(575)	(615)	(2.678)	-	(10.691)
Custo atribuido (CPC 27)	-	(31)	-	-	-	-	-	-	-	-	(31)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(21)	-	(20)	-	-	-	-	-	-	(41)
Transférencias		415		-	-		-	-			415
Baixas								374			374
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	(6.627)	-	(21.768)	(4.577)	(3.832)	(1.798)	(2.191)	(9.822)		(50.615)
Valor contábil											
Em 1º de janeiro de 2008	5.375	11.946	1.357	6.722	2.904	2.240	1.572	1.704	3.745	-	37.565
Em 31 de dezembro de 2008	11.554	19.907	590	7.274	3.537	7.608	2.381	1.582	3.870	-	58.303
Em 31 de dezembro de 2009	12.115	26.267	154	8.712	3.683	7.932	3.330	1.253	6.385	-	69.831
Em 31 de dezembro de 2010	23.377	31.037	16.682	16.343	4.813	11.041	5.519	1.541	9.794	11.180	131.327

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

As adições no imobilizado referem-se às aquisições de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização da central de distribuição e das instalações das lojas já existentes e investimentos em equipamentos de informática.

Outra variação relevante refere-se à compra, ainda em andamento, do avião da Sociedade (ver nota explicativa 33).

a. Custo atribuído

A Sociedade optou pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) ajustando os saldos de abertura na data de transição em 1º de janeiro de 2008 para fins de comparação.

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por três especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados e ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Sociedade. Como parte da adoção do custo atribuído a Administração avaliou as classes de terrenos e edificações do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2008. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

Os efeitos nos principais grupos de contas decorrentes da adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2008 foram:

Saldo em 31 de dezembro de 2007	Terrenos 4.497	Edificações 14.690	Total 19.187
Ajustes para adoção do custo atribuído	<u>878</u>	<u>781</u>	<u>1.659</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2008	<u>5.375</u>	<u>15.471</u>	20.846

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas datado de 31 de dezembro de 2010 foi aprovado pela Diretoria e em comum acordo com os acionistas da Sociedade conforme requerido pelo estatuto social.

O patrimônio líquido foi aumentado em R\$ 1.659 e o imposto de renda e contribuição social passivo diferido foi aumentado em R\$ 415 e R\$ 149 em decorrência da adoção do custo atribuído.

A Administração estimou que os efeitos decorrentes da adoção do custo atribuído na despesa de depreciação anual será de aproximadamente R\$ 31 ao ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Imobilizado em construção

A Pague Menos possui estabelecimentos (lojas) em construção, sendo 39 em 31 de dezembro de 2010, 3 em 31 de dezembro de 2009, 7 em 31 de dezembro de 2008 e 1 em 1º de janeiro de 2008. Os custos incorridos até a data das demonstrações financeiras totalizavam R\$ 16.682 para 31 de dezembro de 2010 (R\$154 em 2009, R\$ 590 em 2008 e R\$ 1.357 em 1º de janeiro de 2008). Tais montantes incluem os custos de empréstimos capitalizados.

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$ 925 no exercício de 2010 (R\$ 37 em 2009, R\$ 939 em 2008 e R\$ 80 em 1º de janeiro de 2008). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média de 12% a 17% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção dos estabelecimentos Pague Menos.

c. Provisão para redução no valor recuperável

Os ativos da Sociedade estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Sociedade toma por base as seguintes análises:

Externas:

- **c.1** Se, durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente, mais do que se esperava como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- c.2 Se mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram durante o período, ou ocorrerão em futuro próximo, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- c.3 Se as taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período, e se esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor em uso de um ativo em uso e se diminuirão significativamente o valor recuperável do ativo;

Internas:

- c.4 As evidências disponíveis de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- **c.5** Se mudanças significativas, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será usado; e

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c.6 As evidências disponíveis, provenientes de relatório interno, que indiquem que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Sociedade não indicou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

d. Garantias

A Sociedade possui alguns bens que foram dados como garantia de financiamentos. Ver maiores detalhes na Nota Explicativa 20 - Financiamentos e empréstimos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

18 Intangível

	Vida útil indefinida	Vida útil	definida	
	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Softwares	Total
Custo Saldo em 1° de janeiro de 2008	-	4.048	-	4.048
Adições Transferências Baixas	121	- - (4.048)	407	121 407 (4.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2008	121	-	407	528
Adições	32		120	<u>152</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	153	-	527	680
Adições Baixas	4.028	1.456 (4)	1.011	6.495 (4)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>4.182</u>	<u>1.452</u>	<u>1.538</u>	<u>7.172</u>
Amortização Saldo em 1° de janeiro de 2008	-	(1.619)	-	(1.619)
Transferências Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2008	- 	(1.619) -	(137) (137)	(137) <u>1.619</u> (137)
Amortização			<u>(78)</u>	<u>(78)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2009	-	-	(215)	(215)
Amortização		<u>(254)</u>	<u>(149)</u>	<u>(403)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010		<u>(254)</u>	<u>(364)</u>	<u>(618)</u>
Valor contábil Em 1º de janeiro de 2008		<u>2.429</u>	_	<u>2.429</u>
Em 31 de dezembro de 2008	<u>121</u>	<u> </u>	<u>270</u>	<u>391</u>
Em 31 de dezembro de 2009	<u>153</u>	<u>-</u>	<u>312</u>	<u>465</u>
Em 31 de dezembro de 2010	<u>4.181</u>	<u>1.198</u>	<u>1.174</u>	<u>6.553</u>
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

(*) A amortização do fundo de comércio é calculada pelo prazo de vigência dos contratos de aluguéis das lojas os quais variam de 48 a 120 meses.

A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de Despesas administrativas e gerais.

Fundo de comércio

Fundo de comércio compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear e leva em consideração os prazos dos contratos de locação.

As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas.

Marcas e patentes

A Pague Menos perdeu o direito de utilização da marca no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial.

Em 30 de dezembro de 2010 através de acordo entre as partes formalizado pelo contrato particular de compra e venda da marca Pague Menos, a Sociedade adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca no estado da Paraíba.

Teste de valor recuperável de marcas e patentes

A Sociedade aplicou teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível Marcas e Patentes, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado das unidades que lhes deram origem - operação no estado da Paraíba.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento da operação, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais aplicadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 20% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico, e sua expectativa quanto à evolução dos custos das mercadorias no contexto do crescimento das vendas projetado;
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 12% a.a.

Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Sociedade não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

19 Fornecedores

a. Composição da conta

	2010	2009	2008	01/01/08
Fornecedores	329.038	270.352	221.456	156.286
(-) Crédito por devoluções	(29.692)	(19.129)	(22.104)	(14.180)
(-) Ajuste a valor presente	(7.514)	(5.025)	(<u>4.432</u>)	(3.986)
	291.832	246.198	194.920	138.120

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em atendimento ao CPC 12, o saldo apresentado está deduzido do Ajuste a Valor Presente, tendo sido utilizada a taxa média correspondente a 12%, 14%, 16% e 17% a.a. em 31 de dezembro de 2010, 2009, 2008 e 1º de janeiro de 2008, respectivamente. A taxa média de desconto para valor presente foi calculada com base na taxa média de captação dos empréstimos de características de capital de giro utilizados para as operações da Sociedade.

Os fornecedores foram trazidos a valor presente considerando o prazo médio de pagamento de 60 a 70 dias.

Os créditos por devoluções referem-se a negociações com os fornecedores relacionadas à troca e/ou retiradas de mercadorias, ou seja, os créditos por devoluções funcionam como notas de créditos.

b. Por vencimento

	2010	2009	2008	01/01/08
A vencer				
1 a 30 dias	123.349	133.921	100.589	74.412
31 a 60 dias	114.593	71.486	61.385	40.952
61 a 90 dias	34.217	22.663	23.925	14.390
Acima de 91 dias	10.740	10.032	14.549	15.322
Subtotal	282.899	238.102	200.448	<u>145.076</u>
Títulos contra-apresentação	46.139	32.250	21.008	11.210
Total	<u>329.038</u>	<u>270.352</u>	<u>221.456</u>	<u>156.286</u>

Os títulos contra-apresentação vencem apenas quando da venda das mercadorias a terceiros e não possuem incidência de encargos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

c. Concentração da carteira

	2010		2009		2008		01/01/08	
Fornecedores								
Maior fornecedor	44.151	13%	29.485	11%	35.744	16%	7.349	5%
2° ao 25°	152.082	46%	130.073	48%	96.091	43%	77.933	50%
26° ao 50°	49.731	15%	43.072	16%	34.168	15%	27.598	18%
Outros fornecedores	83.074	25%	67.722	25%	55.453	25%	43.406	28%
Total	<u>329.038</u>		<u>270.352</u>		221.456		156.286	

20 Financiamentos e empréstimos

a. Composição da conta

			Taxa de juros				
Banco	Tipo	Index	nominal	2010	2009	2008	01/01/08
Banco do Brasil	Capital de Giro	CDI	1,5% a 2,5%	81.261	72.982	-	2.539
Banco do Brasil	Capital de Giro		7% a 16,88%	581	3.757	5.325	1.113
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a 4,5%	3.720	2.411	-	-
Banco do Nordeste do Brasil	Capital de Giro		10% a 19,56%	26.634	50.100	-	-
HSBC	Capital de Giro	CDI	1,99% a 2,18%	6.096	-	-	3.059
Safra	Compror	CDI	4,86%	-	-	-	2.603
Safra	Capital de Giro	USD	1,9% a 3,29%	13.650	-	-	-
Safra	Capital de Giro	CDI	1,9% a 3,29%	-	1.513	-	-
Safra	Capital de Giro		14,71% a 16,35%	771	1.543	-	-
Citi	Garantida	CDI	3,20%	2.241	-	-	-
Citi	Capital de Giro	USD	3,76%	13.366	-	-	-
Bicbanco	Capital de Giro	CDI	7,44% a 8,76%	-	-	12.136	1.546
Santander Real	Garantida	CDI	3% a 4,91%	-	6.233	13.884	16.514
Santander Real	Capital de Giro		13,39%	15.142	-	43.216	17.869
Santander Real	Capital de Giro		13,79%	8.837	-	-	-
Santander Real	Capital de Giro		20,8%	-	-	3.368	16.842
Santander Real	Compror	CDI	1,98% a 6,5%	1.119	-	2.342	2.330
Itaú	Capital de Giro	CDI	2,43% a 4,91%	26.919	41.615	39.093	27.171
Itaú	Garantida	CDI	2,32%	4.920	4.979	4.984	5.064
Tribanco	Compror		16,18% a 26,82%	-	-	2.496	2.017
Bbm	Capital de Giro	CDI	2,92% a 3,04%	1.218	8.081	21.963	-
Unibanco	Capital de Giro	CDI	1,00%	-	-	-	1.919
Unibanco	Capital de Giro		15,64%	-	-	-	5.413
Bradesco	Capital de Giro	CDI	3,24% a 4,28%		628	3.655	4.534
Total de financiamentso e e	mpréstimos			206.475	193.842	152.462	110.533
Circulante				121.591	92.527	82.685	66.509
Não circulante				84.884	101.315	69.777	44.024

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Por moeda

	2010	2009	2008	01/01/08
Em R\$ Em US\$	182.517 	193.842	152.462	110.533
Total	<u>206.475</u>	193.842	152.462	110.533

c. Cronograma de desembolso

	2010	2009	2008	01/01/08
Vencimentos				
2008	-	-	-	66.509
2009	-	-	82.685	17.412
2010	-	92.527	40.492	26.612
2011	121.591	55.922	21.358	-
2012	66.296	32.740	4.324	-
2013	12.956	7.761	3.603	-
2014	4.181	3.681	-	-
2015	1.271	1.210	-	-
Acima de 2015	<u> 180</u>		_	
Total	<u>206.475</u>	193.842	<u>152.462</u>	110.533

d. Avais e garantias

Em garantia ao financiamento com o Banco do Nordeste referente ao contrato N° . 16.2008.12524.2938 foram oferecidos os seguintes imóveis de propriedade da Sociedade e de sua parte relacionada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Apresentamos a seguir o detalhamento dos imóveis:

		Número de	Data de	
Proprietário	Bens em garantia	matrícula	matrícula	Valor
Empreendimentos Pague Menos	Rua Tenente Lisboa, 1620	3.977	28/08/2008	238
Renda Participações	Rua Senador Pompeu, 1520	49.593	23/08/1990	3.308
Empreendimentos Pague Menos	Av. Francisco Cordeiro, 300	4.927	18/10/2007	14.622
Renda Participações	Av. Dom Manuel SN	29.572	18/09/2008	780
Empreendimentos Pague Menos	Rua Juvêncio Barroso SN	462	25/01/2008	878
Empreendimentos Pague Menos	Rua Tenente Lisboa SN	11.617	25/01/2008	3.017
Renda Participações	Rua General Sampaio, 1501	36.686	12/06/1986	119
Renda Participações	Rua General Sampaio, 1485	38.239	06/10/1986	186
Renda Participações	Av. Dom Manue,1 1020	72.206	17/09/2008	2.764
Renda Participações	Rua General Sampaio, 1505	1.636	05/06/1986	112
Empreendimentos Pague Menos	Av. Francisco Sá, 6200	64.997	11/02/2000	1.480
Total de imóveis				27.504

Para os financiamentos e empréstimos com o Banco do Brasil foram oferecidos os faturamentos do cartão de crédito Visa à época, os quais possuem data de vencimento de 1º de janeiro de 2011 a 9 de fevereiro de 2013.

Para os contratos com os bancos BBM e HSBC (Nºs. 51.382 e 0905619451) foram oferecidos uma nota promissória no valor de R\$ 23.370 com vencimento em 28 de fevereiro de 2011 e um penhor mercantil de R\$ 16.800 com vencimento em 7 de novembro de 2011, respectivamente.

e. Cláusulas restritivas

Como forma de monitoramento da situação financeira da Sociedade pelos credores envolvidos em contratos financeiros são utilizados *covenants* operacionais em alguns contratos de dívida.

A Sociedade está cumprindo as cláusulas restritivas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Arrendamentos mercantis

a. Operacionais

Arrendamentos como arrendatário

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

Em 2011	32.500
Entre 2012 e 2016	130.000
Após 2016	_16.000
Total	<u>178.500</u>

Em 31 de dezembro de 2010 a Sociedade possuía 331 contratos de arrendamento operacional os quais se referem aos aluguéis de lojas, contratados junto a terceiros. Esses arrendamentos normalmente têm prazo de duração por cinco anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGPM ou IPC), em intervalos regulares, e a Sociedade não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Sociedade, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são arrendamentos operacionais.

O montante de R\$ 32.429 foi reconhecido como despesa no resultado do exercício, referente a arrendamentos operacionais (R\$ 23.796 em 2009 e R\$ 18.380 em 2008).

O montante de R\$ 4.721 foi reconhecido como despesa de manutenção no resultado do exercício referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 4.153 em 2009 e R\$ 3.410 em 2008).

• Arrendamentos como arrendador

A Sociedade arrenda suas propriedades para investimento mantidas sob arrendamentos operacionais (ver nota explicativa 16).

b. Financeiros

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Sociedade possui ativos no montante de R\$ 1.356, composto de veículos e computadores obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data. O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 983 (R\$ 835 em 2009 e R\$ 766 em 2008).

2 Impostos e contribuições a recolher

	2010	2009	2008	01/01/08
ICMS	21.642	16.106	10.747	9.134
IRPJ	6.147	-	-	1.915
CSLL	2.276	-	-	729
Retenções de PIS e COFINS	47	30	48	24
IRRF	530	829	369	169
ISS	20	10	22	37
PIS	-	-	56	96
COFINS	-	-	544	407
INSS	4.479	3.511	2.999	2.486
FGTS	1.406	1.092	921	768
Contribuição sindical - Empregados	56	<u>25</u>	24	89
	<u>36.603</u>	21.603	<u>15.730</u>	<u>15.854</u>

A Sociedade atua em diversos Estados da federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal ou substituição tributária aplicados em cada Estado.

23 Programa de recuperação fiscal - REFIS

	2010	2009	2008	01/01/08
INSS PAES	4.929 	9.406 2.444	22.436 <u>8.656</u>	25.673 10.992
	<u>5.073</u>	11.850	<u>31.092</u>	<u>36.665</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Circulante	5.073	4.575	8.003	7.470
Não circulante	-	7.275	23.089	29.195

Em novembro de 2009, a Sociedade aderiu ao Parcelamento Especial (PAES) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, visando regularizar os passivos existentes de PAES - Débitos não Previdenciários e Débitos Ordinários - Previdenciários. A adesão ao novo parcelamento foi deferida em 12 de dezembro de 2009 e ainda não houve a consolidação por parte da Receita Federal.

A adesão acarretou um efeito de R\$ 5.709 no resultado da Sociedade findo em 31 de dezembro de 2009, reconhecido na conta de outras receitas operacionais, referente à redução de multas e juros, prevista na Lei nº 11.941/09.

Em decorrência deste reparcelamento a Sociedade utilizou base negativa de contribuição social no valor de R\$ 6.002 findo em 31 de dezembro de 2009, para abatimento do saldo devedor remanescente.

A Sociedade tem expectativa de recolher o saldo remanescente do PAES e do INSS no decorrer do próximo exercício de 2011.

24 Provisões para contingências

A Sociedade é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 e o IAS 37, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

Em 31 de dezembro de 2008 e 1º de janeiro de 2008, com base na opinião dos seus assessores jurídicos e avaliação da probabilidade de desfecho das ações judiciais e processos administrativos, a Sociedade não constituiu provisão para contingências. Nos exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

a. Composição da conta

	2010	2009
Administrativas	71	3
Cíveis	690	297
Trabalhistas	4.321	1.059
Tributárias	<u>85</u>	77
	<u>5.167</u>	<u>1.436</u>

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Sociedade detinha demandas judiciais, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, no montante de R\$ 4.658 e R\$ 4.352, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Movimentação dos processos no exercício

	Saldo inicial 2009	Adição a provisão	Saldo final 2009
Administrativas	-	3	3
Cíveis	-	297	297
Trabalhistas	-	1.059	1.059
Tributárias	-	<u>77</u>	<u>77</u>
		<u>1.436</u>	<u>1.436</u>
	Saldo inicial 2009	Adição a provisão	Saldo final 2010
Administrativas			
Administrativas Cíveis	2009	provisão	2010
	2009 3	provisão 68	2010 71
Cíveis	2009 3 297	provisão 68 393	2010 71 690

O saldo das contingências com riscos de perda considerados prováveis está formado principalmente por causas trabalhistas cujos valores individuais não são expressivos. As causas são substancialmente referentes a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 4 de janeiro de 2007 é de 50.000.000 ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$ 1,00 cada uma.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Em 31 de dezembro de 2010, 2009, 2008 e 1º de janeiro de 2008, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 50.000.000 ações ordinárias nominativas de valor nominal R\$ 1,00 cada uma.

b. Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Dos resultados dos exercícios de 2010 e 2009 os montantes de R\$ 3.649 e R\$ 1.529 foram destinados para a constituição da reserva legal.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Sociedade, conforme detalhado em Nota Explicativa 27 - Subvenção governamental.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

d. Remuneração aos acionistas (Juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76. A diretoria em comum acordo com os acionistas da Pague Menos deliberou não propor dividendos no momento do encerramento das demonstrações financeiras dos exercícios de 2010, 2009 e 2008. Os dividendos foram pagos em forma de Juros sobre capital próprio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Sociedade calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de juros de longo prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 4.724 (R\$ 3.076 em 2009 e em 2008 não houve cálculo), incidindo sobre o mesmo, o Imposto de Renda na Fonte (IRRF), no montante de R\$ 708 e R\$ 461, respectivamente.

26 Lucro líquido por ação

Conforme nota explicativa 33 – Eventos subsequentes, em 1º de março de 2011 ocorreu um desdobramento de ações na proporção de 1 para 3 cada (de 50.000.000 para 150.000.000 ações). De acordo com os itens 64 e 65 do CPC 41 – Resultados por ação (IAS 33) o cálculo do resultado básico e diluído por ação deve ser ajustado para todos os períodos apresentados retrospectivamente mesmo que essas alterações ocorram após a data do balanço, mas antes da autorização para emissão destas demonstrações contábeis.

Lucro básico por ação

O resultado por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas da Sociedade no exercício de 2010 e a respectiva quantidade de ações ordinárias neste exercício, comparativamente com os exercícios de 2009 e 2008 conforme abaixo:

	2010	2009	2008
Lucro atribuível aos acionistas Quantidade média ponderada de ações durante o exercício	72.984 150.000	41.983 150.000	1.367 150.000
Resultado por ação básico (lote de mil) - R\$	0,49	0,28	0,01

Lucro diluído por ação

Sobre o resultado do período atribuível aos acionistas da Sociedade para os períodos findos em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	2010	2009	2008
Lucro atribuível aos acionistas	72.984	41.983	1.367
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício	150.000	150.000	150.000
Resultado por ação básico (lote de mil) - R\$	0,49	0,28	0,01

Lucro básico/diluído por ação (pelo livro de registro de ações)

O resultado por ação básico e diluído calculado de acordo com a quantidade de ações existentes no livro de registro de ações em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008 é demonstrado a seguir:

	2010	2009	2008
Lucano etalbufuel eco ecionistee	72.984	41.983	1 267
Lucro atribuível aos acionistas Quantidade média ponderada de ações durante o exercício	72.984 50.000	41.983 50.000	1.367 50.000
Resultado por ação básico (lote de mil) - R\$	1,46	0,84	0,03

O resultado por ação diluído não difere do resultado básico.

27 Subvenção governamental

A Sociedade possui Regime Especial de Tributação que dispõe sobre o Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS).

Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas e é calculado utilizando-se a mesma base de cálculo do ICMS sobre as operações diretas em suas transferências interestaduais.

Esta subvenção tem sido homologada anualmente na data-base de 30 de setembro de cada exercício.

28 Receita operacional

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

A receita da Sociedade engloba o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário.

Abaixo apresentamos a formação da Receita operacional líquida:

	2010	2009	2008
Receita operacional bruta			
Venda de mercadoria	2.224.676	1.850.466	1.540.881
Serviços prestados	10.546	4.666	9.649
Deduções			
Impostos sobre vendas	(48.768)	(30.093)	(33.365)
Devoluções e abatimentos	(18.876)	(18.943)	(17.201)
Receita operacional líquida	2.167.578	1.806.096	1.499.964

29 Despesas com vendas, administrativas e gerais

	2010	2009	2008
Despesas com vendas			
Veiculação, publicidade e produção	20.079	16.363	14.893
Patrocínio, shows e pesquisas	1.661	1.755	632
Taxas de administração de operadoras de cartões de crédito	<u>26.490</u>	<u>22.489</u>	<u>19.077</u>
Subtotal	48.230	40.607	34.602
Despesas administrativas e gerais			
Despesas com pessoal	225.260	185.231	164.306
Despesas com ocupação	54.023	40.979	31.846
Despesas com utilidades e serviços	20.405	16.927	14.989
Impostos, taxas e contribuições	3.833	3.199	2.735
Despesas gerais	37.698	36.113	29.630
Honorários da administração	<u>286</u>	286	<u>286</u>
Subtotal	<u>341.505</u>	<u>282.735</u>	243.792
Total	(389.735)	(323.342)	(278.394)

30 Resultado financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

	2010	2009	2008
Despesas financeiras			
Juros de financiamentos e empréstimos	23.753	24.274	21.912
Despesas com operações de Swap	1.166	-	23.659
Juros de fornecedores	1	4	80
Juros de arrendamentos mercantis	34	59	-
Juros de parcelamentos de impostos	803	2.056	3.049
Outros juros	748	2.232	5.789
Comissões e despesas bancárias	519	913	444
IOF	1.089	2.950	2.138
Ajustes a valores presentes	26.141	28.146	27.751
Descontos concedidos	66	-	-
CPMF	-	-	112
Variação monetária			<u>135</u>
Total	<u>54.320</u>	<u>60.634</u>	<u>85.069</u>
Receitas financeiras			
Receitas de aplicações financeiras	488	558	543
Receita com operações de Swap	37	-	1.830
Variação cambial	486	-	-
Juros sobre capital próprio	279	16	35
Variação monetária	4.197	418	819
Ouros juros	<u>46</u>	<u>92</u>	29
Total	<u>5.533</u>	1.084	3.257
Resultado financeiro, líquido	48.787	<u>59.550</u>	<u>81.812</u>

No exercício de 2008, a Sociedade apurou perdas não recorrentes com operações de NDF - *Non-deliverable forward*, cujo efeito de R\$ 23.659 foi registrado na conta Despesas com operações de *swap*, no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

31 Instrumentos financeiros

A Sociedade possui diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos. Também fazem parte da carteira de instrumentos financeiros as operações com derivativos.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (cláusulas restritivas).

a. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008 e 1º de janeiro de 2008 estão identificados a seguir:

	201	0	200	09	200	8	01/01	/08
Descrição	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis								
Caixa e equivalente de caixa	8.720	8.720	11.885	11.885	10.300	10.300	14.840	14.840
Arrecadação de recursos de terceiros	11.763	11.763	20.673	20.673	21.625	21.625	23.235	23.235
Contas a receber de clientes	120.685	120.685	116.706	116.706	68.437	68.437	69.345	69.345
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado								
Fornecedores	291.832	291.832	246.198	246.198	194.920	194.920	138.120	138.120
Financiamentos e empréstimos	206.475	203.923	193.842	191.599	152.462	153.098	110.553	113.004
Efeito dos derivativos no resultado								
Financiamentos e empréstimos	1.166	1.166	-	-	23.659	23.659	-	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

b. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (fair value)

Caixa e equivalentes de caixa

São classificadas como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

Arrecadação de recursos de terceiros

Correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Sociedade recebe o valor das contas pagas por consumidores, em nossa rede de farmácias, e que precisam ser repassadas para o titular do direito em aproximadamente 3 dias. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curtíssimo prazo das operações realizadas.

Contas a receber de clientes

Decorrem diretamente das operações da Sociedade e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perda e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Sociedade, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial bem como ajustado a valor presente. A administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

Financiamentos e empréstimos

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e ao CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações financeiras em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

No caso dos financiamentos pré-fixados o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de mercado dos juros, correspondente aos demais empréstimos, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Efeito dos derivativos

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras.

c. Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser divulgados em relação aos instrumentos financeiros mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços).
- **Nível 3** Informações indisponíveis em mercados ativos em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

	2010					
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3			
Aplicações financeiras	1.776	-	-			
Financiamentos e empréstimos	-	203.923	-			
Efeito dos derivativos	-	-	1.166			

d. Gestão de risco

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Os fatores de risco abaixo descritos podem impactar a saúde econômico-financeira da Sociedade ou sua operação. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Sociedade, em suas áreas de especialidades. A Administração da Pague Menos define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

e. Risco de mercado

• Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pre-fixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Sociedade. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Sociedade atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Sociedade foi demonstrada em cinco cenários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Apresentamos um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2010 (saldo contábil tendo por base o CDI de 10,64% a.a.) e o cenário provável considerado pela Administração que corresponde à projeção do CDI e TJLP para 31 de dezembro de 2011 de acordo com a curva de juros da BM&F (12,40% a.a para o CDI e 6% a.a. para a TJLP) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores. Comparamos ainda mais dois cenários com o efeito inverso para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) desses indexadores.

Os empréstimos e financiamentos com exposição cambial estão protegidos por contratos de *Swap* para o CDI. Desta forma a Administração entende que seu risco à exposição cambial não é relevante razão pela qual não demonstraremos os efeitos das análises de sensibilidade do câmbio.

A seguir demonstramos os efeitos no resultado do exercício em função das apreciações:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%	Cenário III -25%	Cenário IV -50%
Financiamentos e empréstimos Financiamentos e Empréstimos (com	CDI	152.290	2.680	3.952	7.904	(3.952)	(7.904)
swap) Aplicações financeiras	CDI CDI	23.958 (1.565)	422 (28)	637 (42)	1.275 (83)	(637) <u>42</u>	(1.275) <u>83</u>
Exposição líquida - (receita) /despesa	ı	170.963	3.074	4. 548	9.095	(4.548)	(9.095)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	3.720	-	56	112	(56)	(112)

Pelas análises efetuadas, a Sociedade apuraria uma despesa nos cenários Provável, I e II e uma receita nos cenários III e IV.

• Instrumentos financeiros derivativos

As operações com *swap* estão impactando o grupo de Financiamentos e empréstimos (nota explicativa 20) com seus efeitos registrados nas despesas financeiras (nota explicativa 30).

Swap 1

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Sociedade realizou *swaps* de suas obrigações indexadas ao dolar, na qual recebe juros de 3,76% a.a. sobre o valor nocional em dólar (ponta ativa) e paga 2,52% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência destes *swaps*, em 31 de dezembro de 2010, é de US\$ 7.500 mil. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI são registrados nas despesas financeiras conforme demonstrado abaixo pelo valor a pagar no exercício.

Operações em aberto Swap 1

Em 31 de dezembro de 2010, a posição desses contratos é a seguinte:

		Valor de	Valor de			
		referência US\$	referência R\$	Valorização 2010 R\$		
Data de					Posição	Efeito do valor
vencimento	Contrapartes	2010	2010	Posição ativa	passiva	justo no resultado
23/05/2012	Citibank	7.500	12.973	12.529	13.194	(665)

Swap 2

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Sociedade realizou *swaps* de suas obrigações indexadas ao dolar, na qual recebe juros variável de 1,52% a 3,21% a.a. sobre o valor nocional em dólar (ponta ativa) e paga 1,92% a 1,95% a.a. de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência destes *swaps*, em 31 de dezembro de 2010, é de US\$ 5.923 mil. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, são registrados nas despesas financeiras conforme demonstrado abaixo pelo valor a pagar no exercício.

Operações em aberto Swap 2

Em 31 de dezembro de 2010, a posição desses contratos é a seguinte:

		Valor de referência US\$	Valor de referência R\$	Valorização 2		
Data de					Posição	Efeito do valor
vencimento	Contrapartes	2010	2010	Posição ativa	passiva	justo no resultado
29/12/2011	Safra	5.923	10.000	9.917	10.419	(502)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Swap 3

Têm por objetivo proteger seu endividamento contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Sociedade realizou *swaps* de suas obrigações indexadas com juros fixos de 13,39% e 13,78% a.a. sobre o valor nocional em reais (ponta ativa) para juros de 2,4% a.a. mais a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o mesmo valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). O valor de referência destes *swaps*, em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 8.815 e R\$ 15.000, respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de taxa fixa e do CDI, são registrados nas despesas financeiras conforme demonstrado abaixo pelo valor a pagar no exercício.

Operações em aberto Swap 3

Em 31 de dezembro de 2010, a posição desses contratos é a seguinte:

		Valor de			
		referência US\$	Valorização 2010 R\$		
Data de				Posição	Efeito do valor
vencimento	Contrapartes	2010	Posição ativa	passiva	justo no resultado
17/07/2012	Santander	8.815	8.829	8.827	2
10/09/2012	Santander	15.000	15.017	15.018	(1)
Total					1

f. Risco de liquidez

A seguir estão as maturidades contratuais de passivos financeiros incluindo eventuais juros reconhecidos até a database das demonstrações financeiras:

	Valor	1 ano	Entre 1	Entre 2 e	Acima de
Em 31 de dezembro de 2010	contábil	ou menos	e 2 anos	e 5 anos	5 anos
Fornecedores sem efeito do AVP (Nota 19)	329.038	329.038	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (Nota 20)	206.475	8.837	146.402	40.976	581

32 Cobertura de seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 114.100, R\$ 110.950 e R\$ 88.990, respectivamente, para danos materiais.

Eventos subsequentes

33

• Compra e venda de ativos

Em abril de 2011, o acervo líquido de estoque e imobilizado da Preço Baixo foi adquirido pela Pague Menos. Todas as transações foram efetuadas a valores de livro, no montante de R\$ 10.533 na data de aquisição.

Em 4 de abril de 2011 foram vendidos 149 terrenos que se encontravam registrados, em 31 de dezembro de 2010, no grupo de Propriedades para investimento e Imobilizado no montante de R\$ 26.080.

• Importação em andamento

Em fevereiro de 2011 foi concluída a importação de um avião que estava registrado, em 31 de dezembro de 2010, em importação em andamento no montante de R\$ 11.180.

• Desdobramento de ações

Em 1º de março de 2011 ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Sociedade à proporção de um terço. Cada ação ordinária da Sociedade passou a ser representada por 3 (três) ações após o desdobramento mediante a distribuição gratuita de 2 (duas) novas ações para cada ação existente sem aumento do valor do Capital social.

Abertura de lojas

Até a aprovação destas demonstrações financeiras, em 10 de junho de 2011 foram abertas 68 lojas incluído o retorno de 17 filiais que operavam como Preço Baixo no estado da Paraíba.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

* * *

Francisco Deusmar de Queirós Diretor presidente

Josué Ubiranilson Alves Vice presidente e Diretor financeiro

Maria Auricélia Alves de Queirós Diretora de assuntos corporativos

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues Diretora comercial

Edson de Arruda Câmara Júnior Diretor de operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes Diretor de sistemas e logística

Marcos Ezequias Cavalcante Costa Contador CRC CE 8408